



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

CMPV 206/3

REQUERIMENTO:

UTILIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS OU FRACÇÕES na sequência de realização de obra sujeita a controlo prévio

Número de Processo ____/____/____

Data de Entrada ____/____/____

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Praia da Vitória

(nome do requerente) _____,
Contribuinte (pessoa singular ou colectiva) nº _____, residente em (Rua/Avª) _____
_____ (nº) _____, (andar) _____,
(localidade) _____, (cód.postal) _____ - _____,
freguesia de _____, com o telefone nº _____,
fax nº _____, e-mail _____, portador do Bilhete de Identidade/cartão do
cidadão nº _____ datado de ____/____/____, emitido pelo Arquivo de
Identificação de _____, vem, na qualidade de:

Proprietário Mandatário Usufrutuário Superficiário Outro

(especificar) _____

em conformidade com o preceituado no nº 1, do Art.º 62º-A, e Art.º 66º, do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, vem deste modo submeter a Vª Exª, os **elementos para a utilização** de Edifício ou fração (ões) de Edifício, descrito na Conservatória do Registo Predial de Praia da Vitória, sob o nº _____ inscrito na matriz predial sob o artigo _____ sito na (Rua,Avª)

_____ (nº) _____ (localidade) _____

_____ (cód.postal) _____ - _____, Freguesia de _____

Assim (escolha opção):

Em relação à **totalidade do imóvel** constante do processo nº ____/____/____:

Cuja obra foi sujeita a **licenciamento** com projecto de Arquitectura aprovado por despacho de ____/____/____ e transmitido ao requerente pela notificação nº _____ de ____/____/____, os dados são os seguintes:

Licença de construção nº _____ de ____/____/____



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

CMPV 206/3

Cujas obras foram sujeitas a **comunicação prévia** apresentada em ____/____/____, com as taxas liquidadas em ____/____/____

Em relação à **fração** (*concretize com, piso, andar etc.*) _____
constante do processo nº _____/____ (*escolha opção*):

Cujas obras foram sujeitas a **licenciamento** com projeto de Arquitetura aprovado por despacho de ____/____/____ e transmitido ao requerente pela notificação, nº _____ de ____/____/____ e Licença de construção nº _____ de ____/____/____;

Cujas obras foram sujeitas a **comunicação prévia** apresentada em ____/____/____, com as taxas liquidadas em ____/____/____

Requer ainda:

Atribuição de Número de Polícia;

Certidão comprovativa da cedência de _____ (m²) para integração no domínio público, destinados a _____.

Aguarda a respetiva resposta,

Praia da Vitória, ____ de _____ de 202__

O Requerente,

.....

Conferi os documentos (*assinatura legível*):

Categoria: *Assistente Técnico*



Instruções

Juntar:

- Exibir Bilhete de Identidade e Cartão de contribuinte ou Cartão do Cidadão.
- Os elementos constantes do anexo I, ponto V, n.º 28, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.
- Outros documentos que o requerente queira apresentar.
- Termo de responsabilidade pela execução ITED.
- Termo de responsabilidade pela execução de instalações elétricas de serviço particular.
- Certificado SCE, emitido por perito qualificado no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios.
- _____
- _____
- _____

Em relação a pedidos de utilização para ser constituída a divisão em propriedade horizontal deve juntar ainda:

- Pedido de Certificação em como o edifício satisfaz os requisitos legais para a constituição de regime de propriedade Horizontal, contendo os seguintes elementos:

1- Memória descritiva, com descrição sumária do prédio, referindo a área do lote, as áreas coberta e descoberta e as frações autónomas, as quais devem ser designadas por letras maiúsculas. Na descrição e identificação das frações deve indicar-se a sua composição referindo-se a existência de arrumos, terraços, logradouros e estacionamento, se existirem, o uso e o número de polícia pelo qual se processa o acesso às frações, sempre que este exista ou já tenha sido atribuído. Na descrição de cada fração deve incluir-se a respetiva percentagem ou permissão relativamente ao valor total do edifício, a indicação e descrição das zonas comuns a determinado grupo de frações, ou das zonas comuns a todas as frações, e números de polícia pelos quais se processa o seu acesso.

2 - Plantas com a composição, identificação e designação de todas as frações autónomas pela letra maiúscula respetiva, incluindo a existência de arrumos, terraços, logradouros e estacionamento e com a delimitação a cores de cada fração e das zonas comuns.

- Documento de Certificação em como as partes comuns do edifício estão em condições de serem autorizadas, no caso de propriedade horizontal.
- Outros elementos que o requerente queira apresentar (*especificar*): _____



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

CMPV 206/3

Base Legal e Regulamentar:

- Decreto – Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, e ulteriores alterações;
- Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro;
- Regulamento de Urbanização e da Edificação do Município da Praia da Vitória;
- Decreto – Lei n.º 92/2017, de 31 de julho;
- Decreto Legislativo Regional n.º 29/2019/A, de 27 de novembro;
- Decreto – Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, na sua redação atual.

As condições de apresentação dos elementos instrutórios, são as definidas no Anexo II da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

As entidades licenciadoras que ainda não disponham de procedimentos administrativos tramitados eletronicamente podem solicitar a entrega dos elementos instrutórios em formato papel, até à entrada em vigor da Plataforma Eletrónica dos Procedimentos Urbanísticos. (cfr. n.º 8, da Portaria 71-A/2024 de 27 de fevereiro)



Notas

- No caso de **peessoas coletivas** deve ser apresentado documento onde se verifique a legitimidade de quem tem poderes para assinar;
- Na qualidade de **mandatário** deve juntar fotocópia da procuração;
- Na qualidade de **proprietário** ou **superficiário** deve juntar certidão da conservatória válida e quando o prédio estiver omissa, certidão negativa do registo predial acompanhada da fotocópia da caderneta predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio.
- No caso de **co-propriedade** deverá indicar todos os co-proprietários. Em caso de administração conjunta ou de empresa deverá ser apresentada fotocópia do registo comercial / pessoa coletiva.
- Na qualidade de **usufrutuário** deve juntar fotocópia da escritura notarial;
- **O termo de responsabilidade do diretor de fiscalização e do diretor de obra, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto V da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.**
- **O termo de responsabilidade do autor do projeto, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.**
- **O termo de responsabilidade do coordenador do projeto, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto II da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.**
- **O termo de responsabilidade do autor/coordenador do projeto, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto III da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.**
- **O termo de responsabilidade do autor do plano de acessibilidades, obedece às especificações definidas no anexo III, ponto IV da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.**